

Resenha

FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais: Guerras Civis em Pernambuco no século XIX**, Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1996.

TARCÍSIO MARCOS ALVES*

O historiador Erick Hobsbawm, em seu recente livro “Era dos Extremos”, referindo-se ao “estranho fenômeno” da falsa hegemonia das políticas neo-liberais predominantes em vastas regiões do mundo contemporâneo, lembra da “necessidade, para a sociedade, dos historiadores, que são os memorialistas profissionais do que seus colegas cidadãos desejam esquecer”, em referência à grande crise do Capitalismo na década de 1930.

O livro de Socorro Ferraz, exerce exatamente essa função: a de relembrar o papel exercido pelo Liberalismo na formação do Estado Nacional brasileiro e, especificamente, nas lutas sociais em Pernambuco no século XIX, geradas pela ausência de consenso entre as elites liberais sobre o projeto de Estado-Nação.

Sem fazer concessões a chamada “Nova História”, a autora realizou um estudo rigoroso sobre as revoltas do século XIX em Pernambuco, partindo da realidade material da época e dos respectivos jogos de interesses das classes e grupos sociais envolvidos nos conflitos. Através de uma fundamentação teórica clara e objetiva e da utilização de um imenso acervo documental, demonstra “a imbricação da idéia liberal com as revoluções de Pernambuco”, como afirma Armando Souto Maior na Introdução ao Livro.

A concepção teórica que fundamenta a análise segue a visão de P. Zagorin de que “Estudar o fenômeno das revoluções é conhecer melhor as sociedades, é vê-las como se movem, como o que está escondido aparece e como os fatos que não têm suporte na realidade desaparecem.” (p. 16) Ou seja, a autora contextualiza os fatos, dentro de suas especificidades, demonstrando as razões das revoltas contra os impostos “escorchantes”, a falta de alimentos e a inflação deles decorrentes, além das falsificações das moedas e luta pela liberdade. Aqui insere-se a questão fundamental, para os elementos das classes dominantes: a “falta de consenso quanto ao modelo político proposto pelas elites políticas do Sul (entenda-se nesse contexto Rio de Janeiro e São Paulo) e do Norte (entenda-se Nordeste, ou seja Pernambuco)”. (p.25)

O Liberalismo como modelo teórico-ideológico adotado para a

organização do Estado-Nação adquiriu na Província duas faces: “uma que enfatiza a sociedade civil em oposição ao governo e a outra, que enfatiza o Estado como portador e garantidor da liberdade individual.” (p.23) A primeira tendência é representada por Frei Caneca, que se opõe radicalmente contra a segunda -conservadora-, representada por Silvestre Pinheiro e José Bonifácio. No plano ideológico, esse debate tornar-se-á o vetor das revoltas no período estudado.

Delimitado o quadro geral onde se situaram os conflitos, a autora faz um balanço da situação do Brasil inserido no Império Português, destacando suas relações com a Europa (leia-se Inglaterra), e o processo de independência. Internamente, destaca-se o papel da minoria branca cujos interesses eram afastar os comerciantes portugueses, visando realizar as trocas diretamente com a Inglaterra. A Independência corresponde aos seus interesses, pois “reforça as estruturas de dominação dos brancos e, ao afastar elementos portugueses da administração, diminui tensões entre brasileiros e reinos.” (p. 35) Foram, pois, os proprietários os responsáveis pela Independência. Não tinham, no entanto, clareza política para elaborar um projeto de organização do Estado Nacional; essa falta de clareza levou-os a aceitar como “progressista” a Revolução do Porto de 1820 em Portugal, e a defender o constitucionalismo, visando a manutenção do *status quo*.

No segundo capítulo do livro, a autora faz uma análise lúcida sobre “as raízes do pensamento liberal e conservador no Brasil”, demonstrando como o mesmo serviu para o avanço das instituições políticas, em oposição ao absolutismo por parte dos progressistas quanto para a repressão brutal aos líderes dos movimentos sociais radicais. Assim, “diferentes modelos de nação serão propostos por diferentes liberais que se aproveitavam das duas faces do liberalismo a que já nos referimos.”(p.59)

O pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira corresponde ao que a autora denomina de “pensamento liberal permitido e até patrocinado pelo poder absolutista durante a permanência da Coroa portuguesa no Brasil”. Já José Bonifácio, “através de ações políticas” defende corretamente o que Bobbio chamou de **concepção orgânica**, onde o Estado aparece como uma totalidade superior e anterior às suas partes. (p. 61)

José Bonifácio fará oposição a esses modelos propostos pela elite dirigente, demonstrando os limites dos mesmos. Assim, o Ministério dirigido por ele fortalece a unidade do império, através da implantação de “uma política de reforço ao Executivo, vinculando o problema da liberdade à existência de um estado forte.” (p.83)

Frei Caneca, que representava os proprietários, defendia a autonomia provincial sem interferência do Estado na economia. Durante a discussão do Projeto de Constituição de D. Pedro I na Câmara do Recife, rejeita-o “por não ser liberal mas contrário à liberdade”. (p.86) O voto de Frei Caneca transforma-se em uma crítica radical à Constituição outorgada, na relação ao projeto do Imperador, pois o voto final é radicalmente contrário às pretensões absolutistas do governo. Entre os artigos que escreveu nas “Bases para a formação do pacto social” defendeu os direitos humanos, a resistência à opressão e condenou a escravidão.

O terceiro capítulo é dedicado à análise do cenário econômico e social da Província de Pernambuco no século XIX, baseada na plantação com base escravista. Para o investidor -o comerciante português-, o capital obtinha grandes lucros com a mão-de-obra escrava, o que gerava uma dependência mútua entre o setor agrícola e o comercial. Entretanto, o principal produto de exportação, o açúcar, enfrentava a concordância das Antilhas e do açúcar de beterraba produzido na Europa, o que provocava a queda dos preços. Ao lado do açúcar destacava-se a produção do algodão. Entre os grupos de proprietários ligados à produção do algodão e os ligados ao açúcar, estabelecem-se rivalidades que marcaram as lutas durante as primeiras décadas do século XIX. Por outro lado, os comerciantes da Província inseriam-se nessas lutas contra o controle exercido pelos portugueses e pela liberdade econômica e política.

O estudo sobre as rebeliões em Pernambuco é o tema do quarto capítulo onde a autora demonstra, através da descrição dos fatos, “como as várias faces do liberalismo se manifestaram nesses confrontos.”(p.24)

A volta de D. João para o Portugal enfraqueceu a unidade administrativa e política da colônia, a partir daí os brasileiros estarão sujeitos a dois centros de poder: um no Rio de Janeiro -a Regência-, e o outro nas Cortes constitucionais instaladas em Lisboa. A esse momento de crises políticas e econômicas, somaram-se as aspirações do “Separatismo mazombo, que propunha a separação político-econômica de Portugal e Rio de Janeiro.” (p.128) Isto porque o projeto de nação proposto pela aliança entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, ao qual deveriam se submeter as outras Províncias não correspondia aos interesses das elites pernambucanas, já asfixiadas pelos impostos. Daí a resistência... Todos os acontecimentos que se seguiram, de 1817 até 1824 serão marcados por diversas tendências liberais, as vezes para o republicanismo, outras para a legalidade monárquica. Gervásio Pires e Frei Caneca defendem a região:

“A parte reagia ao todo na medida em que tinha algo a perder e na medida em que perdia para outra região que tentava a hegemonia no todo. (...)

A região agita-se antes da capitulação. Esse estado de rebelião da Região Norte em relação ao Sul é sinal que o modelo de nação que o Sul impõe, presente nos escritos de José Bonifácio prejudicará a Região Norte, na visão dos revolucionários.” (p.177) E o sonho da República reacende-se...

A descrição que a autora faz dos conflitos não é apenas um mero exercício de História narrativa, fatual. Dentro das lutas que se sucedem no período, identifica os interesses e as diversas concepções políticas defendidas pelos grupos e frações de classes nelas envolvidos. A interpretação sobre o governo de Gervásio Pires em Pernambuco exemplifica a afirmação: ao assumir o governo em 1821, substituindo Luís do Rego Barreto, manifesta-se com clareza as lutas entre os “vários liberalismos”. Gervásio Pires representava a tendência liberal republicana, com o apoio dos comerciantes. A reação dos grandes proprietários conservadores foi imediata: Pedro Pedroso alia-se com Paula Gomes, representante dos latifundiários escravistas e simpatizantes da Regência do Rio de Janeiro, depõe Gervásio Pires e formam uma Junta Provisória presidida por Afonso de Albuquerque, formando o que ficou conhecido popularmente por “Governo dos Matutos.” Segue-se uma enorme crise do governo e Pedro Cardoso reúne as massas, dando vivas à democracia e espalhando o terror contra os adversários.

Após uma tentativa frustrada de derrubar a Junta espalhando a revolta em vários pontos da cidade, Pedro é abandonado pelos seus seguidores. Foi preso por Manoel Paes de Andrade e a Junta Provisória foi reimpossada.

As disputas que se seguiram, tendo à frente Paes Barreto na defesa da Monarquia Liberal e na perseguição aos republicanos desaguaram na Revolução de 1824 - A Confederação do Equador. A repressão ao movimento, instaurada por D. Pedro I faz crescer em Pernambuco o movimento absolutista liderado por uma sociedade secreta, a “Coluna do Trono e do Altar”. (p.194)

Após a abdicação de D. Pedro I e a ascensão dos liberais ao poder, reacendem-se na Província as lutas civis entre frações das classes dominantes e grupos urbanos subalternos defendendo o Federalismo que vencem, momentaneamente, os absolutistas. A luta agora trava-se entre os liberais “exaltados, republicanos (que) exigem o federalismo e os moderados, que assumem de fato o poder, vão deter o carro das reformas com medo do democratismo e do elemento popular.” (P:195)

Os conflitos que ocorreram durante a crise de hegemonia política período regencial opôs a população mais pobre à minoria rica que defendia o **status quo** e teve na Cabanagem seu exemplo mais expressivo. Como afirma Socorro Ferraz, “As aspirações populares se chocavam com a tendência

conservadora, que controlando o poder, conterà o radicalismo e reafirmará o poder dos grandes proprietários rurais” (p.196)

A vitória dos liberais conservadores -grandes proprietários escravocratas-, levará à aliança das elites, contra os grupos “radicais” e à “arraiamiúda”, garantindo a manutenção da “ordem”. O republicanismo dos “liberais exaltados” será “sepultado” após a posse de D. Pedro II, quando começam a ter acesso ao poder. A idéia republicana permanecerá em estado de “hibernação” até 1889 quando as mesmas elites, agora aliadas aos cafeicultores paulistas implantarão um arremedo de regime republicano ... Até hoje perpetuam-se no poder, através de todo tipo de alianças e golpes, em nome da tão sonhada e nunca alcançada Democracia. Atualmente, sob o manto protetor e hegemônico do Neo-liberalismo, continuam impondo ao país as “reformas” econômicas e políticas em benefícios próprios e contra a imensa maioria dos que hoje chamam de excluídos”.

O livro de Socorro Ferraz, é pois, leitura obrigatória para todos os estudiosos que queiram pesquisar e/ou escrever sobre a história de Pernambuco no século XIX.

* Mestre e professor do Colégio de Aplicação da UFPE.